



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Pregão Eletrônico n.º 006/2026



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1. Processo n.º 11.637/2024

1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que a **Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, situada na Rua da Ajuda, n.º 05 – Centro, Rio de Janeiro, Telefones n.º (21) 2588-1214**, realizará licitação na modalidade **Pregão, na forma eletrônica**, cujo Edital recebeu o n.º **006/2026**, para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A Licitação será do tipo **menor preço (global), modo de disputa aberto**, e será regida pela Lei Federal n.º 14.133/2021 e Ato nº 686/2024, demais legislações aplicáveis, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. DO PREGÃO

1.3.1- **Abertura da sessão do Pregão Eletrônico:** Dia 16/07/2026 às 11h (onze horas).

1.4. **Integram este Edital, independentemente de transcrição:**

1.4.1- **Formulário de Proposta – Anexo I**

1.4.2- **Minuta de Contrato – Anexo II**

1.4.3- **Termo de Referência – Anexo III**

1.5- O Edital, na íntegra, está disponível para download através do site oficial da ALERJ, a saber, www.alerj.rj.gov.br, bem como por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br> e do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

1.5.1 - SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

UASG: 926410



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2- DO OBJETO

2.1- O objeto da presente licitação é a aquisição de solução de proteção digital para estações de trabalho e servidores de rede, dotada de gerenciamento centralizado e integrado de mecanismos de defesa contra malwares como antivírus com XDR (Extended Detection e Response), Sandbox, Firewall de Host, sistemas de prevenção e/ou detecção de intrusão, HIPS e HIDS respectivamente; incluindo instalação, atualização de software e assinaturas, configuração, treinamento e suporte técnico pelo período de 36 (trinta e seis) meses, conforme especificações deste Termo de Referência.

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.2- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

3.3- Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://www.gov.br/compras/pt-br>

3.3.1- A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos;

3.3.2- O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão dispostos no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

3.4- Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

3.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A vedação de que trata o item 3.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1 Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://www.gov.br/compras/pt-br>

4.2 As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

4.3 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

4.4 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

4.5 O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

provedor do Sistema, ou do órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

4.6 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

4.7 Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do TERMO DE REFERÊNCIA;

4.8 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

4.9 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

4.10 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o órgão promotor da licitação, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

4.11 As declarações falsas relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Lei Federal n.º 14.133/21.

5- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2.1 As propostas cadastradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

5.3 Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo Pregoeiro.

5.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando for o caso.

5.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), quando for o caso.

5.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

5.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

5.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes, após a fase de lances.

5.11 O licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta, conforme ferramenta a ser disponibilizada pela plataforma.

5.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, haja vista o critério de julgamento ser o de menor preço.

5.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do item;

6.1.2 Marca, quando for o caso;

6.1.3 Fabricante, quando for o caso;

6.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

6.5 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

6.5.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

6.6 O valor total estimado do pregão é R\$ 2.270.990,00 (dois milhões e duzentos e setenta mil e novecentos e noventa reais).

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

7.1 No horário estabelecido neste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 6.1 do edital;

7.2 O Pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis;

7.3 Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestamente inexecutável, o Pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ;

7.4 O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade;

7.5 As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo Pregoeiro;

7.6 Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, conforme Edital;

7.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

7.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

7.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)**.

7.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;

7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública;

7.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

7.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;

7.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;

7.14.1 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá ainda admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações, nos termos do art.56, §4º, Lei. 14.133/21.

7.14.2 Após o reinício previsto no subitem anterior, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.15 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o Pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte;

7.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

7.18 Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o Pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, devendo facultar ao proponente a oportunidade de confirmar o valor em questão. Na hipótese de não confirmação, o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Pregoeiro, excluirá o referido valor, sem prejuízo da oportunização ao proponente de reformular novo lance;

7.19 A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

7.20 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

7.21 O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

7.22 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas, no mínimo, (24) vinte e quatro horas após a comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>

7.23 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

7.24 A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

7.25 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.26 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.26.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

7.26.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

7.26.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

7.26.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.27.1.1 Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.27.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.27.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

7.27.2.2 produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

7.27.2.3 produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.27.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.27.2.5 Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

7.27.2.6 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro, independentemente da proposta do primeiro colocado encontrar-se acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, **deverá** encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8- DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 3.5 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3 Constatada a existência de sanção, o licitante **será reputado inabilitado**, por falta de condição de participação; e haverá nova verificação, pelo sistema, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

8.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o subitem 5.6 deste edital.

8.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

neste Edital e em seus anexos.

8.6 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que:

- 8.6.1 conter vícios insanáveis;
- 8.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.6.3 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
- 8.6.4 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;
- 8.6.5 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

8.7 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.8 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.9 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.10 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;

8.10.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

8.10.3 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

8.10.4 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;

8.10.5 Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

8.10.6 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

8.10.7 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9- DA HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos neste edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 Conforme preceitua o art. 63, inciso II, do Diploma supramencionado, a apresentação dos documentos de habilitação será exigida apenas pelo licitante vencedor, nos termos do subitem 9.2.5.1.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

9.2- OS LICITANTES DEVERÃO ENCAMINHAR, NOS TERMOS DESTES EDITAIS, A DOCUMENTAÇÃO RELACIONADA NOS ITENS A SEGUIR, PARA FINS DE HABILITAÇÃO:

9.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

9.2.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.2.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.2.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.2.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

9.2.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

9.2.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.2.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

9.2.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

9.2.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, (Certidão Negativa de Débitos – CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal n.º 8.212/91 e alterações posteriores;

9.2.2.5- - Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

9.2.2.6- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

9.2.2.7- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.2.2.8- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do [Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943](#). Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

9.2.2.9- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

9.2.2.10- Quando o crédito tributário ou trabalhista encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa.

9.2.2.11- Os documentos relacionados no subitem 9.2.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a realização do certame.

9.2.2.12- Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.2.2.13- Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização;

9.2.3- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

9.2.3.1- Balanço Patrimonial, na forma da lei, referente aos 02 (dois) últimos exercícios sociais, nos termos do art. 69, inciso I, da Lei 14.133/2021.

Entende-se por "na forma da lei", o seguinte:

a) Quando S.A., balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei n.º 6.404/76);

b) Quando outra forma societária, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;

c) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;

d) Escrituração contábil digital transmitida pelo sistema público de escrituração digital (SPED) pelas pessoas jurídicas a ela obrigadas;

9.2.3.1.1- O balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro órgão competente, devendo possuir autenticação através de chancela digital, etiqueta, carimbo ou meio legal equivalente, e ainda, deverá estar assinado por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa licitante.

9.2.3.2- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a realização do certame, exceto quando dela constar o prazo de validade.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

9.2.3.2.1- Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 9.2.3.3 e 9.2.3.4, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

9.2.3.3- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

9.2.3.3.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 9.2.3.3 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Poder Judiciário, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

9.2.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.2.4.1 – O licitante vencedor apresentará, como comprovação de capacidade técnica, atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que permite(em) auferir sua aptidão pertinente e compatível com o objeto da licitação.

9.2.4.2 O(s) atestado(s) deve(m) conter: o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio com o qual o Órgão possa valer-se para manter contato com a(s) pessoa(s) declarante(s), e a razão social e dados de identificação da instituição emitente como CNPJ, endereço e telefone.

9.2.4.3 - O(s) atestado(s) deve(m) comprovar a aptidão para fornecimento de um quantitativo de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do total da quantidade do objeto definido no Termo de Referência.

9.2.4.4 Para atendimento do percentual acima indicado, será admitido o somatório de atestados, desde que se refiram a fornecimentos/serviços realizados compatíveis com o objeto desta licitação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

9.2.5- DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

9.2.5.1 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.2.5.2 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº14.133/2021).

9.2.5.3 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.2.5.4 Conforme disposto no art. 64, da Lei 14.133/2021, após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.2.5.4.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.2.5.4.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.2.5.5 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.2.5.6 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.2.5.1.

9.2.5.7 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

9.2.5.8 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma;

9.2.5.9 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;

9.2.5.10 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor;

9.2.5.11 As Certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão;

9.2.5.12 Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo Pregoeiro, mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

10- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3- Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos, por meio de ferramenta disponibilizada na plataforma eletrônica;

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

10.4 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico.

10.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8 O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante no preâmbulo deste Edital.

11- DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

12- DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1- A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1- Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

12.1.2- Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

12.2- Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

12.3- A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

13- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1- Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Superior adjudicará o objeto ao licitante declarado vencedor e homologará o procedimento licitatório, nos termos do art. 71, IV, Lei 14.133/2021.

14- DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1- Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, se solicitada pelo pregoeiro;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço (quando for o caso), ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.5. fraudar a licitação;

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual de 20%, a ser definida no caso concreto, incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.

14.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da ALERJ, quando for o caso.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese nenhuma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1- Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital;

15.2- A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica através do site <https://www.gov.br/compras/pt-br> e pelo e-mail pregaoalerj@alerj.rj.gov.br



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

15.3- Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;

15.4- Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;

15.5- Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, deverão ser realizados por forma eletrônica através do sistema;

15.6- O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos;

15.7- As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

15.8- A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação;

15.9- As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a ALERJ.

16- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1- A despesa correrá pelos códigos correspondentes, relativo ao Programa de Trabalho n.º 01.122.0135.2462 e pela Natureza de Despesa n.º 3390.40.48 / 3390.40.06 / 3390.40.22 / 3390.40.20.

17- DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

17.1- PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

17.1.1- A empresa deverá, obrigatoriamente, fornecer o objeto no prazo previsto no Termo de Referência (Anexo III), sob pena das sanções legais cabíveis.

17.1.2- O prazo de vigência do contrato será de **36 meses**, conforme Termo de Referência.

17.1.3- A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

17.1.4- Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme art. 140, I, 'a', da lei nº 14.133/2021;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, conforme art. 140, I, 'b', da lei nº 14.133/2021.

18.2- LOCAL DE FORNECIMENTO

18.2.1- A vencedora desta licitação terá que fornecer o objeto conforme disposto no Termo de Referência (Anexo III).

18.3- FORMA DE FORNECIMENTO

18.3.1- O objeto desta licitação será fornecido de forma integral.

19- DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

19.1 - Após a homologação do resultado desta licitação, a Contratante, com fulcro no art. 90 da Lei nº 14.133/2021, convocará o fornecedor do certame para cumprimento das exigências pertinentes a assinatura do instrumento contratual, o que deverá, obrigatoriamente, ser atendido no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, a partir da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

19.1.1 - Ao assinar o contrato, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer os materiais a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

19.1.2 - Para assinar o contrato, o Representante Legal da empresa deverá apresentar procuração, e/ou contrato social e cédula de identificação;

19.1.3 - O compromisso de fornecimento será formalizado mediante assinatura do instrumento contratual pela empresa.

19.2 - Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência contratual.

19.3 - Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convocado o(s) licitante(s) remanescente(s), na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

19.3.1 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 19.3, a Alerj, observados o valor estimado da licitação, poderá:

19.3.1.1 Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

19.3.1.2 Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

19.4 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo fixado no subitem 19.1, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as sanções legais cabíveis, bem como na imediata perda da garantia de proposta em favor da Alerj, quando for o caso.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

19.5 – A Contratada deverá prestar garantia contratual equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato para o objeto da presente licitação, podendo optar por uma das modalidades do art. 96, §1º da Lei n.º 14.133/21, a saber:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

19.5.1- No caso de título da dívida pública, este deverá ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.5.2- No caso de garantia em dinheiro, esta deverá ser depositada em conta a ser fornecida pela ALERJ e o comprovante de depósito deverá ser apresentado no Departamento Financeiro da Casa de Leis, onde será entregue a Guia de Recolhimento de Receitas Diversas.

20- DO REAJUSTAMENTO

20.1 - O preço do qual está sendo contratado o objeto deste contrato, será fixo e irrevogável durante a vigência do contrato.

21- DO PAGAMENTO

21.1- Pela execução do objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a **CONTRATANTE** pagará à contratada, a importância total que vier a ser pactuada, em até 30 dias após a execução de cada parcela contratual, conforme Termo de Referência (anexo III).

21.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

21.3- Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos em estrita observância aos dados contidos na respectiva Nota de Empenho.

21.4- O pagamento da parcela será efetuado pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, até o 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes.

22- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 - Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico;

2. **22.2** - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro;

22.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;

22.4 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

22.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

22.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

22.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horários de expediente na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

22.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;

22.9 - O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, (www.alerj.rj.gov.br) e <https://www.gov.br/compras/pt-br> Também poderá ser lido ou obtido cópia no Setor de Licitações da ALERJ, localizado à Rua Rua da Ajuda, n.º 05 – Centro, Rio de Janeiro, Telefones n.º (21) 2588-1214, nos dias úteis, no horário das 09:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados;

22.10 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis;

22.11 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido;

22.12 - Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados;

22.13 - Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido;

22.14 - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, sobretudo na hipótese do art. 59, § 2º e do art. 64 da Lei 14.133/2021;

22.15 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

22.16 - As decisões do Pregoeiro serão publicadas no site da ALERJ, no endereço: www.alerj.rj.gov.br e no Diário Oficial do Município;

22.17 - A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria;

22.18 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o ser revogada, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes;

22.19 - A Administração poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

22.20 - O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca da Capital.

Rio de Janeiro, 24 de junho 2026.


ANDREZA DINIZ DA COSTA

Pregoeiro



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Anexo I - Proposta Comercial

<div><p>Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro Proposta de Preços – Padronizada</p><p>A empresa ao lado mencionada propõe à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ, os preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constante do Termo de Referência.</p></div>		<div>CARIMBO DA EMPRESA</div>			
LOTE	OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA		PREÇO (R\$) UNITÁRIO	
	Especificações	QTD	Número de Anos	Valor Anual	Valor Total
1	Solução de Segurança com Gerenciamento Centralizado e Integrado de EndPoints (desktops e notebooks) e Servidores (Linux e Windows), com XDR e Sandbox, incluindo manutenção, suporte e garantia (update e upgrade) por 36 (trinta e seis) meses, com pagamento de subscrições a cada 12 meses.	1	3	R\$	R\$
	Licenças do software de segurança para estações de trabalho Windows.	2098	3	R\$	R\$
	Licenças do software de segurança para servidores Windows e Linux.	65	3	R\$	R\$
	Serviços de instalação, configuração, implantação da solução e repasse de conhecimento no modo hands-on.	1	1	R\$	R\$
	Treinamento	15	1	R\$	R\$
VALOR TOTAL:		R\$ (por extenso)			
OBSERVAÇÕES:		VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias			
1) A PROPOSTA DE PREÇOS deverá:		PRAZOS e LOCAL DA PRESTAÇÃO: Conforme Termo de Referência			
- ser digitada, sem emendas e rasuras;					
- conter os preços em algarismos e por extenso, por unidades, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais, os estaduais e descontos especiais;		DADOS BANCÁRIOS: Banco XXXX, Agência XXX, Conta corrente: XXX			
- ser datada e assinada pelo gerente ou procurador.		Declaramos inteira submissão ao presente Termo e legislação vigentes.			
2) PROCESSO DE REFERÊNCIA: XXXXX/2023		Data: XX/XX/XXXX			
		Assinatura do Responsável pela Empresa			



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O preço acima considera todas as exigências contidas no Edital de Pregão Eletrônico n.º 006/2026, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre a aquisição.

A validade dos preços e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Eletrônico n.º 006/2026, para a realização do certame.

A licitante formuladora desta proposta tem conhecimento integral do edital e seus anexos, inclusive das especificações que constam no **Termo de Referência**, elaborado pela ALERJ.

Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores; Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que não estamos cumprindo pena de impedimento ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas Federal, Estadual e Municipal, inclusive no Distrito Federal.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2026.

Representante Legal da Licitante



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Anexo II - Minuta de Contrato

CONTRATO N.º ____/2026

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
ALERJ E A
EMPRESA_____.**

A _____, inscrita no CNPJ n.º _____, com sede na _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo(a) Ilustríssimo(a) Senhor(a) Presidente/Diretor _____ e a empresa _____ doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____ neste ato representada pelo seu _____, documento de identidade n.º _____, órgão expedidor _____, CPF n.º _____, em decorrência do resultado da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 006/2026**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento na Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021 e Ato n.º 686/2024, e de acordo com o que consta do Processo n.º **11.637/2024**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente é a aquisição de solução de proteção digital para estações de trabalho e servidores de rede, dotada de gerenciamento centralizado e integrado de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

mecanismos de defesa contra malwares como antivírus com XDR (Extended Detection e Response), Sandbox, Firewall de Host, sistemas de prevenção e/ou detecção de intrusão, HIPS e HIDS respectivamente; incluindo instalação, atualização de software e assinaturas, configuração, treinamento e suporte técnico pelo período de 36 (trinta e seis) meses, conforme especificações deste Termo de Referência, conforme descrito nos Anexos I e III do edital, em especial, na Nota de Empenho n° ____/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no Processo n.º **11.637/2024** e em tudo o mais que se relacione com o fornecimento objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;
- c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste CONTRATO;
- II) fornecer o objeto nos locais e prazos indicados pela CONTRATANTE;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o CONTRATANTE pelo fornecimento;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os produtos que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ _____ (_____), já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, após o fornecimento, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa, no valor global de R\$ _____ (_____), correrá por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho nº 01.122.01352.462, pela Natureza de Despesa n.º 3390.40.48 / 3390.40.06 / 3390.40.22 / 3390.40.20, com cobertura através da Nota Empenho n.º _____/ 2026.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto deste contrato, será fixo e irrevogável durante a vigência do contrato.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

Conforme percentuais definidos no Item 14 do Edital.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PARÁGRAFO SEGUNDO: O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

PARÁGRAFO QUARTO: Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

PARÁGRAFO QUINTO Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

PARÁGRAFO SEXTO: Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, e se ainda não for suficiente, será cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO OITAVO: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos nos arts. 166 e 167 da lei n.º 14.133/2021, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 124, da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do presente contrato é de 36 meses, conforme Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo para o início da prestação dos serviços será de até 10 dias corridos, e começará a fluir no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, do ofício de início da prestação dos serviços, a ser emitido pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

O objeto deste contrato será fornecido de forma integral.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Em conformidade com o disposto no subitem 19.5 do edital da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº ____/2026, a CONTRATADA está prestando (ou prestará) garantia em _____, no valor de R\$ _____, como segurança do fiel, completo e perfeito cumprimento das obrigações assumidas entre a empresa afiançada e o CONTRATANTE, através deste instrumento contratual, conforme documento emitido pela _____, em _____ de 2026.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será divulgado no PNCP, conforme o disposto no art. 94, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão, na forma eletrônica, n.º 006/2026, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da CONTRATADA, que faz parte integrante desta avença como se transcritos fosse e respectivos anexos do processo administrativo n.º **11.637/2024**.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2026.

Contratante: _____
Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Contratada: _____

Testemunhas: _____



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO, MOTIVAÇÃO E DEMANDA

O presente Termo de Referência tem por objetivo a aquisição de solução de proteção digital para estações de trabalho e servidores de rede, dotada de gerenciamento centralizado e integrado de mecanismos de defesa contra malwares como antivírus com XDR (Extended Detection e Response), Sandbox, Firewall de Host, sistemas de prevenção e/ou detecção de intrusão, HIPS e HIDS respectivamente; incluindo instalação, atualização de software e assinaturas, configuração, treinamento e suporte técnico pelo período de 36 (trinta e seis) meses, conforme especificações deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro não pode prescindir de oferecer serviços eletrônicos sem a devida proteção cibernética.

A utilização de computadores em estações de trabalho juntamente com todos os serviços associados à Infraestrutura de Tecnologia da Informação não podem ser vulneráveis a ações maliciosas no ambiente digital que, em última análise, buscam provocar danos à imagem do Poder Legislativo Fluminense, além de subtrair dados sensíveis e causar prejuízos materiais e financeiros aos usuários dos sistemas computacionais ora em funcionamento.

3. OBJETO

3.2 Definição sucinta do Objeto

A presente contratação tem como objeto a aquisição de solução de segurança digital e licenças de software de antivírus que ofereçam defesa cibernética às estações de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

trabalho e servidores web, de arquivos, de backup, de banco de dados e demais serviços de rede.

3.3 Identificação dos itens, quantidades e unidades

LOTE		Solução	
1	Especificações		Qtd
	1	Solução de Segurança com Gerenciamento Centralizado e Integrado de EndPoints (desktops e notebooks) e Servidores (Linux e Windows), com XDR e Sandbox, incluindo manutenção, suporte e garantia (update e upgrade) por 36 (trinta e seis) meses, com pagamento de subscrições a cada 12 meses.	1
	2	Licenças do software de segurança para estações de trabalho Windows.	2098
	3	Licenças do software de segurança para servidores Windows e Linux.	65
	4	Serviços de instalação, configuração, implantação da solução e repasse de conhecimento com hands-on.	1
	5	Treinamento.	15



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

3.4 SOLUÇÃO DE SEGURANÇA DE ENDPOINT (DESKTOPS E NOTEBOOKS), COM XDR E SANDBOX

3.4.4 Requisitos Gerais

3.4.4.2 Prover segurança para as estações de trabalho (endpoints), sejam físicas ou em ambiente virtualizado;

3.4.4.3 Se comunicar com a Gerência Integrada da solução, de forma que seja possível gerenciar todas as funcionalidades, os atributos, os eventos e as condições da solução de segurança nas estações de trabalho;

3.4.4.4 Detectar e eliminar programas maliciosos (malwares), tais como vírus, ransomware, spywares, worms, cavalos de tróia, keyloggers, programas de propaganda, rootkits, phishing, dentre outros;

3.4.4.5 Detectar cookies potencialmente indesejáveis no sistema;

3.4.4.6 Executar, em tempo real, a verificação dos arquivos criados, copiados, renomeados, movidos ou modificados;

3.4.4.7 Identificar e proteger contra eventuais vulnerabilidades dos sistemas operacionais e aplicações;

3.4.4.8 Detectar e eliminar programas maliciosos em:

3.4.4.8.1 Processos em execução em memória principal (RAM);

3.4.4.8.2 Arquivos executados, criados, copiados, renomeados, movidos ou modificados, inclusive em sessões de linha de comando (DOS e Shell);

3.4.4.8.3 Arquivos compactados, em tempo real ou no ato de sua execução, com os seguintes formatos: ZIP, EXE, ARJ, RAR, CAB, dentre outros;

3.4.4.8.4 Detectar e proteger em tempo real a estação de trabalho contra vulnerabilidades e ações maliciosas executadas em navegadores web por meio de scripts em linguagens tais como javascript e vbscript/Activex.

3.4.4.9 Realizar detecção heurística de malwares desconhecidos;

3.4.4.10 Possuir tecnologia de Machine Learning de pre-execution, run time machine e post-execution;

3.4.4.11 Deve prover, no mínimo, as seguintes proteções:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 3.4.4.11.1 Antivírus de arquivos;
- 3.4.4.11.2 Antivírus web (verificação de sites e downloads contra malwares);
- 3.4.4.11.3 Antivírus web (verificação de sites e downloads contra malwares);
- 3.4.4.11.4 Firewall de host com HIPS (Host Intrusion Prevention System) e HIDS (Host Intrusion Detection System);
- 3.4.4.11.5 Proteção contra ataques aos serviços/processos do antivírus;
- 3.4.4.11.6 Controle de dispositivos;
- 3.4.4.11.7 Controle de execução de arquivo e aplicativos por meio de hash;
- 3.4.4.11.8 Bloqueio de sites maliciosos categorizados de acordo com a nuvem do fabricante;
- 3.4.4.11.9 Prevenção contra exploração de vulnerabilidades;
- 3.4.4.11.10 Capacidade de integração com a Antimalware Scan Interface (AMSI);
- 3.4.4.11.11 Capacidade de escolher quais módulos (antivirus, antispysware, firewall etc.) serão instalados e/ou ativados, tanto na instalação local quanto na instalação remota;
- 3.4.4.11.12 Controle de vulnerabilidades do Windows e de softwares de terceiros instalados;
- 3.4.4.11.13 Capacidade de bloquear as vulnerabilidades de forma automática e informar o CVE (Common Vulnerabilities and Exposures), quando relacionado, de acordo com a severidade;
- 3.4.4.11.14 Capacidade de gerenciar as políticas de bloqueio de vulnerabilidades, fazendo o deploy das regras de acordo com as características do dispositivo, além de permitir, de forma remota, a instalação, a remoção e atualização de versão ou aplicação de correções da solução de segurança nas estações remotas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

3.4.5 Detalhamento das proteções:

3.4.5.1 Antivírus de arquivos:

- 4 Verificar todos os arquivos criados, acessados ou modificados, inclusive em sessões de linha de comando (DOS e shell) abertas pelo usuário;
- 5 Deve possuir módulo que analise e registre as ações de cada aplicação em execução no computador, comparando-as com sequências características de atividades perigosas, a fim de identificar e neutralizar comportamentos suspeitos. Tais registros de sequências devem ser atualizados juntamente com as vacinas;
- 6 Deve possuir módulo que analise cada macro de VBA executada, procurando por sinais de atividade maliciosa;
- 7 Deve possuir módulo que analise qualquer tentativa maliciosa de edição, exclusão ou gravação de registros do Windows;
- 8 Capacidade para definir escopo de varredura/rastreamento em todos os discos locais, em discos específicos e periféricos;
- 9 Capacidade de adicionar pastas/arquivos em uma zona de exclusão, a fim de excluí-los da verificação;
- 10 Possibilidade de definir frequência e agendamento de varreduras de um ou mais clientes;
- 11 Capacidade de realizar a verificação “inteligente” de arquivos, ou seja, somente verificará o arquivo se este for passível de infecção. O antivírus deve analisar a informação de cabeçalho do arquivo para fazer essa decisão e não tomá-la apenas a partir da extensão do arquivo;
- 12 Anteriormente a qualquer tentativa de desinfecção ou exclusão permanente, o antivírus deve realizar um backup do objeto.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

12.4.5.1 Antivírus web:

- 13 Possuir módulo de web-antivírus para proteção contra ameaças durante navegação na Internet;
- 14 Capacidade de limitar o acesso a sites da Internet por reputação;
- 15 Possibilidade de adicionar sites da web em uma lista de exclusão, onde não serão verificados pelo antivírus web;
- 16 Capacidade de verificar tráfego nos browsers: Internet Explorer, Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome.

16.4.5.1 Firewall de host com HIPS e/ou HIDS:

- 17 O módulo de firewall deve conter filtragem de pacotes: onde o administrador poderá escolher portas, protocolos ou direções de conexão a serem bloqueadas/permitidas ou, definir o comportamento da filtragem de pacotes, podendo definir pelo menos, mas não limitado a: permitir, bloquear ou bloquear com exceções aos pacotes de rede;
- 18 Deve possuir módulo HIPS e HIDS para prevenção/detecção contra port scans e exploração de vulnerabilidades de softwares. A base de dados de análise deve ser atualizada juntamente com as vacinas.
- 19 A solução deve permitir a análise comportamental avançada de aplicativos e arquivos executáveis com indícios maliciosos (Ransomware);
- 20 A solução deve ser capaz de avaliar aplicações desconhecidas e potencialmente maliciosas não permitindo sua execução e analisando seu comportamento no endpoint;
- 21 Deve permitir criar exceções para aplicações confiáveis, evitando que sejam bloqueadas por componentes de detecção;
- 22 Não deve requerer conexão com centro de inteligência do fabricante para que a proteção seja ativada ou executada;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 23 A solução deve manter um cache de reputação local com informações de aplicações conhecidas, desconhecidas e maliciosas;
- 24 Dentre os comportamentos maliciosos, deve ser capaz de bloquear ou detectar e trazer rastreabilidade sobre:
- 24.4.5.1.1.1 Acesso local a partir de cookies;
 - 24.4.5.1.1.2 Criação de arquivos a partir de arquivos com extensão tais como .bat, .exe, html, hpg, bmp, job e .vbs;
 - 24.4.5.1.1.3 Criação de threads em outro processo;
 - 24.4.5.1.1.4 Desativação de executáveis críticos do sistema operacional;
 - 24.4.5.1.1.5 Leitura/Exclusão/Gravação de arquivos visados por Ransomwares;
 - 24.4.5.1.1.6 Gravação e Leitura na memória de outro processo;
 - 24.4.5.1.1.7 Modificação da política de Firewall do Windows;
 - 24.4.5.1.1.8 Modificação da pasta de tarefas do Windows;
 - 24.4.5.1.1.9 Modificação de arquivos críticos do Windows e Locais do Registro;
 - 24.4.5.1.1.10 Modificação de arquivos executáveis portáteis;
 - 24.4.5.1.1.11 Modificação de bit de atributo oculto;
 - 24.4.5.1.1.12 Modificação de bit de atributo somente leitura;
 - 24.4.5.1.1.13 Modificação de entradas de registro de DLL Applnit;
 - 24.4.5.1.1.14 Modificação de locais do registro de inicialização;
 - 24.4.5.1.1.15 Modificação de pastas de dados de usuários;
 - 24.4.5.1.1.16 Modificação do local do Registro de Serviços;
 - 24.4.5.1.1.17 Suspensão de um processo.
- 25 Deve ser capaz de bloquear e informar quando uma ameaça for encontrada;
- 26 Deve ser capaz de informar ao usuário as ameaças encontradas através de mensagem;
- 27 Deve possuir modo de ativação da análise comportamental avançada para quaisquer arquivos desconhecidos acessados pelo sistema operacional e não antes visto pela solução;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 28 Deve ser possível atribuir a regra conforme política equilibrada, visando maior segurança ou produtividade do usuário;
- 29 A proteção deve estar contida no mesmo agente de proteção, não requerendo outro software ou aplicação adicional na estação de trabalho para a execução e ativação da proteção;
- 30 Utilizar técnicas de machine learning para detecção de ameaças;
- 31 Capacidade de detectar anomalias no comportamento de um software, usando análise heurística e aprendizado de máquina (machine learning).
- 31.4.5.1 Controle de dispositivos:
- 32 Deve possuir módulo de controle de dispositivos, que permita o bloqueio e a ativação , no mínimo, das seguintes categorias:
- 32.4.5.1.1.1 Discos de armazenamento locais;
 - 32.4.5.1.1.2 Armazenamento removível;
 - 32.4.5.1.1.3 Impressoras;
 - 32.4.5.1.1.4 CD/DVD;
 - 32.4.5.1.1.5 Dispositivos multifuncionais;
 - 32.4.5.1.1.6 Leitores de smart card;
 - 32.4.5.1.1.7 Wi-Fi;
 - 32.4.5.1.1.8 Adaptadores de rede externos;
 - 32.4.5.1.1.9 Dispositivos MP3 ou smartphones;
 - 32.4.5.1.1.10 Dispositivos Bluetooth;
 - 32.4.5.1.1.11 Câmeras e Scanners.
- 33 Capacidade de liberar o acesso a um dispositivo específico sem a necessidade de desabilitar a proteção ou da intervenção local na máquina do usuário;
- 34 Capacidade de adicionar novos dispositivos por Class ID/Hardware ID.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

34.4.5.1 Controle de execução de aplicativos:

- 35 O módulo de controle de aplicações deve prover a capacidade de visibilidade sobre as aplicações executadas e aplicar o controle de execução imposto por política definida pelo administrador;
- 36 Como resultado da varredura, a solução deve armazenar o nome completo, a versão e o fabricante da aplicação, bem como o checksum correspondente;
- 37 Ao detectar uma aplicação, deverá consultar a solução de reputação de arquivos e compartilhamento de informações de segurança;
- 38 Caso não seja possível efetuar comunicação com a solução de reputação de arquivos e compartilhamento de informações de segurança, o módulo deverá realizar consulta de reputação para o Centro de Inteligência do fabricante;
- 39 Capacidade de trabalhar no modo adaptativo, ou seja, adaptando-se à novas aplicações instaladas na máquina;
- 40 Deve identificar as aplicações de maneira única através do uso de hash (MD5 ou SHA-1);
- 41 A solução deve suportar as seguintes modalidades de proteção:
- 41.4.5.1.1.1 Criação de uma lista de aplicações autorizadas que podem ser executadas, deixando as demais bloqueadas (whitelist);
- 41.4.5.1.1.2 Criação de uma lista de aplicações impedidas de serem executadas (blacklist);
- 41.4.5.1.1.3 Monitoramento e proteção contra adulteração de aplicativos e componentes críticos do sistema operacional em tempo de execução, isto é, durante operação e execução em memória.
- 42 Deve ser capaz de proteger em modo standalone – online e offline;
- 43 Além de possuir um conjunto de regras, deve permitir que o administrador customize-as de forma a adaptar à necessidade do órgão;
- 44 Permitir o bloqueio de aplicações e os processos com os quais a aplicação interage;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 45 Permitir monitoramento de Hooking de aplicações;
- 45.4.5.1 Proteção contra ransomwares:
- 46 Bloquear a criptografia de arquivos em recursos compartilhados a partir de um processo malicioso, inclusive, que esteja sendo executado em outra máquina;
- 47 Monitoramento de pastas compartilhadas no ambiente Windows, rastreando o estado dos arquivos armazenados e os protegendo;
- 48 Na detecção de atividade maliciosa de criptografia por ransomware, o antivírus deve interromper o processo de criptografia e restaurar os arquivos ao seu estado original, impedindo a perda de dados corporativos.
- 48.4.5.1 Compatibilidade:
- 49 O software de proteção deve ser compatível com as seguintes versões de sistemas operacionais Windows para estações de trabalho:
- 49.4.5.1.1.1 Microsoft Windows 10 (e suas edições);
- 49.4.5.1.1.2 Microsoft Windows 11 (e suas edições);
- 49.4.5.1.2 Características:
- 50 Deve prover proteção residente para arquivos (anti-spyware, anti-trojan, anti-malware) que verifique qualquer arquivo criado, acessado ou modificado;
- 51 Possuir módulo de web-antivírus para proteção contra ameaças durante navegação na Internet;
- 52 Possuir módulo de bloqueio a ataques na rede;
- 53 Possibilidade de bloquear ameaças entre a máquina atacante e os demais computadores, durante o ataque;
- 54 Capacidade de criar exclusão para computadores em relação a varreduras;
- 55 Capacidade de escolher os módulos de segurança que serão instalados;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 56 As vacinas devem ser atualizadas, no mínimo, uma vez por dia pelo fabricante e disponibilizada aos usuários, independentemente do nível das ameaças encontradas no período (alta, média ou baixa);
- 57 Capacidade de reverter para a base de dados de vacina anterior;
- 58 Capacidade de criar alertas de ataques por e-mail;
- 59 Capacidade de adicionar pastas para uma zona de exclusão, a fim de excluí-las da verificação. Capacidade, também, de adicionar arquivos à lista de exclusão;
- 60 Capacidade de verificar arquivos por conteúdo, ou seja, somente verificará o arquivo se for passível de infecção. O antivírus deve analisar a informação de cabeçalho do arquivo para fazer essa decisão e não tomar a partir da extensão do arquivo;
- 61 Capacidade de verificar somente arquivos novos e alterados;
- 62 Capacidade de verificar objetos usando heurística;
- 63 Capacidade de agendar uma pausa na verificação;
- 64 O antivírus de arquivos, ao encontrar um objeto potencialmente perigoso, deve perguntar o que fazer: bloquear acesso ao objeto, colocar em quarentena, apagar o objeto ou tentar desinfetá-lo (de acordo com a configuração pré-estabelecida pelo administrador);
- 65 Em caso positivo de desinfecção: restaurar o objeto para uso;
- 66 Em caso negativo de desinfecção: mover para quarentena ou apagar (de acordo com a configuração pré-estabelecida pelo administrador);
- 67 Anteriormente a qualquer tentativa de desinfecção ou exclusão permanente, o antivírus deve realizar um backup do objeto;
- 68 Capacidade de administrar a solução de segurança instalada no cliente remoto, através da console de gerência centralizada e integrada, permitindo: instalar, remover e gerenciar configurações e políticas;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

68.4.5.1 XDR (Detecção e Resposta Estendida) para endpoints Windows:

- 69 A funcionalidade de XDR e cliente de antivírus devem ser integradas, sendo possível instalar mais de um componente para a proteção do desktop, caso necessário;
- 70 A ferramenta de XDR deve fazer detecção através do comportamento;
- 71 Deve fazer o correlacionamento de eventos entre computadores na rede (IoC Scanning);
- 72 Deve detectar elevação de privilégio;
- 73 Deve enviar objetos para verificação no Sandbox de forma automática utilizando a inteligência global do fabricante quando necessário;
- 74 Deve permitir o envio de objetos para verificação em Sandbox de forma manual;
- 75 Capacidade de detectar conta de um usuário vazado na dark web.
- 76 Deve detectar o comprometimento de contas de usuário.
- 77 Deve permitir as seguintes ações para responder: Desativar/Ativar conta do usuário - Forçar logout - Redefinir senha - Isolar/Restaurar Endpoint - Monitorar tentativas de login - Monitorar/Bloquear/Desbloquear/Permitir aplicativo interno - Bloquear/Desbloquear/Permitir Acesso a aplicativos ou URLs em nuvem.
- 78 Deve ser possível identificar pontos de melhorias associados às camadas de proteção do ambiente da CONTRATANTE;
- 79 Deve ser possível listar melhorias a serem realizadas nas soluções de IAM da CONTRATANTE identificando, no mínimo, se há excesso de privilégios e se estão utilizando protocolo de autenticação vulnerável.
- 80 Deve ser fornecido um painel para exibir todos os usuários/dispositivos com Alto Risco para tomada de ações.
- 81 Devem ser suportadas fontes de dados de terceiros para análises adicionais a nível de identidade, como Azure AD, Office 365, AD local.
- 82 O XDR deve permitir coletar informações forenses dos endpoints tais como:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

<u>82.4.5.1.1.1</u>	Dados;
<u>82.4.5.1.1.2</u>	Dumps de memória;
<u>82.4.5.1.1.3</u>	Estado do sistema operacional;
<u>82.4.5.1.1.4</u>	Processos iniciados;
<u>82.4.5.1.1.5</u>	Conexões estabelecidas;
<u>82.4.5.1.1.6</u>	Arquivos criados;
<u>82.4.5.1.1.7</u>	Registros modificados;
<u>82.4.5.1.1.8</u>	Tentativas de conexão com um host remoto;
<u>82.4.5.1.1.9</u>	Tentativa de login com sucesso;
<u>82.4.5.1.1.10</u>	Tentativa de login com falha;

83 Para segurança da comunicação entre o XDR e a Console de Gerência integrada deve utilizar certificado ou token;

84 O XDR deve ser capaz de executar tarefas para todo o ambiente e para dispositivos específicos, contendo no mínimo as capacidades abaixo:

<u>84.4.5.1.1.1</u>	Parar um processo;
<u>84.4.5.1.1.2</u>	Deletar um objeto;
<u>84.4.5.1.1.3</u>	Quarentenar um arquivo;
<u>84.4.5.1.1.4</u>	Recuperar um arquivo;
<u>84.4.5.1.1.5</u>	Prevenir a execução de um arquivo;
<u>84.4.5.1.1.6</u>	Executar um script;
<u>84.4.5.1.1.7</u>	Isolar completamente o host e de forma granular, mas permitindo o controle do dispositivo pela console administrativa;

84.4.5.1.2 Deve ser possível realizar a customização de indicador de ataques (IoA);

84.4.5.1.3 Deve ter capacidade de apresentar informações relacionadas ao MITRE ATT&CK para cada um dos eventos detectados no ambiente, caso possuam;

84.4.5.1.4 Deve possuir módulo de pesquisa para descoberta de ameaças (Threat Hunting);

84.4.5.1.5 Deve possuir acesso ao portal de inteligência de ameaças da própria fabricante;

84.4.5.1.6 No portal de inteligência do fabricante, deve ser possível buscar informações sobre indicadores de ataques e consultas de domínios na base global de ameaças do próprio fabricante;

84.4.5.1.7 Possuir funcionalidade integrada de emulação para malware, onde as ameaças sejam analisadas em sandbox, em ambiente controlado, em nuvem própria do fabricante ou em ambiente computacional da ALERJ;

84.4.5.1.8 Deve realizar emulação em sandbox nos seguintes sistemas operacionais:

85 Windows 10, 64-bit;

86 Windows 11, 64-bit.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

86.4.5.1.1 Deverá ser possível prevenir ataques de forma automatizada baseada na resposta da sandbox.

86.5 SOLUÇÃO DE SEGURANÇA PARA SERVIDORES (LINUX E WINDOWS), COM XDR E SANDBOX

86.5.5 SERVIDORES LINUX

86.5.5.1 Compatibilidade (64 bits):

87 Red Hat Enterprise Linux 6.7 e superior;

88 Ubuntu 16.04 LTS e superior;

89 Debian GNU / Linux 8.6 e superior;

90 Oracle Linux 7.3 e superior;

91 SUSE Linux Enterprise Server 15 e superior;

91.4.5.1 Características da solução de proteção:

92 Antivírus de Arquivos residente (anti-spyware, anti-trojan, anti-malware) que verifique qualquer arquivo criado, acessado ou modificado;

93 Deve ser capaz de detectar vírus, worms, trojans, toolkits, adware, auto-dialers e outros tipos de ameaças;

94 Deve possuir módulo de proteção baseado em comportamento;

95 Possibilidade de trabalhar com o produto pela linha de comando, com, no mínimo, opções para atualizar as vacinas, iniciar uma varredura, parar o antivírus e iniciar o antivírus pela linha de comando;

96 Deve possuir funcionalidade para identificar as aplicações maliciosas ou não nos servidores com a opção de bloquear ou permitir;

97 Deve ter a capacidade de criar regras para controle de uma aplicação utilizando hash ou nome da aplicação;

98 Deve ter a capacidade de detectar e aplicar as regras necessárias nos módulos e políticas de varredura para cada servidor, de forma automática, ou pelo administrador.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 99 Deve ser capaz de detectar mudanças no estado de portas em sistemas operacionais Linux;
- 100 A solução deverá permitir a implantação de verificação de integridade nas plataformas Linux, Microsoft, Solaris, HP-UX, AIX, através da instalação de agentes;
- 101 A solução deverá permitir implantação de funcionalidade de inspeção de Logs nas plataformas Linux, conforme suas versões e compatibilidades.
- 102 Deve ter a capacidade de varrer o servidor protegido detectando o tipo e versão do SO, detectando também as demais aplicações, recomendando e aplicando automaticamente regras IDS/IPS que blindem vulnerabilidades existentes no SO e aplicações. Esta varredura deverá poder ser executada sob demanda ou agendada;
- 103 Deve ter a capacidade de detectar e bloquear ataques em aplicações Web tais como SQL Injection e Cross Site Scripting. Deverá ainda existir a possibilidade de captura do pacote relacionado ao ataque para fins de investigação do incidente;
- 104 Deve ser capaz de detectar mudanças de integridade em arquivos e diretórios do sistema operacional e aplicações terceiras;
- 105 Deve ter a capacidade de monitorar o status de serviços e processos do sistema operacional;
- 106 Deve ter a capacidade de criação de regras de monitoramento em chaves de registro, diretórios e subdiretórios e customização de XML para criação de regras avançadas;
- 107 Deve ter a capacidade de varrer o sistema operacional e aplicações, recomendando e aplicando automaticamente regras de monitoramento de acordo com o resultado desta varredura. Esta varredura deverá poder ser executada sob demanda ou agendada;
- 108 Deve ter a capacidade de monitorar e inspecionar arquivos de log do sistema operacional e demais aplicações, gravando uma cópia deste log em um banco de dados externo e notificando o administrador sobre eventos suspeitos;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 109 Deve ter a capacidade de varrer o sistema operacional e aplicações, recomendando e aplicando automaticamente regras de inspeção de logs de acordo com o resultado desta varredura. Esta varredura deverá poder ser executada sob demanda ou agendada;
- 110 Deve permitir a criação de regras de inspeção de logs adicionais para auditoria de logs de aplicações terceiras;
- 111 Deve permitir a customização de regras existentes, adicionando, removendo ou modificando regras de inspeção de logs;
- 112 Deve permitir gerenciamento, no mínimo, das seguintes formas:
- 112.4.5.1.1.1 Via linha de comando;
 - 112.4.5.1.1.2 Via console administrativa;
 - 112.4.5.1.1.3 Via GUI;
 - 112.4.5.1.1.4 Via web;
- 113 Deve possuir funcionalidade de scan de drives removíveis para, no mínimo: Flash drives e HDs externos;
- 114 Deve realizar varredura em compartilhamentos e unidades de rede mapeadas:
- 114.4.5.1.1.1 Por arquivos;
 - 114.4.5.1.1.2 Por pastas/diretórios.
- 115 As vacinas devem ser atualizadas, no mínimo, uma vez por dia pelo fabricante;
- 116 Gerenciamento de status de tarefa (iniciar, pausar, parar ou reiniciar tarefas);
- 117 Gerenciamento de Backup: criação de cópias dos objetos infectados em um reservatório de backup antes da tentativa de desinfetar ou remover tal objeto, sendo assim possível a restauração de objetos que contenham informações importantes;
- 118 Gerenciamento de Quarentena: Deve bloquear objetos suspeitos;
- 119 Verificação por agendamento: procura de arquivos infectados e suspeitos (incluindo arquivos em escopos especificados);



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 120 Em caso de erros na execução da solução de segurança, deve ter capacidade de criar logs automaticamente, sem necessidade de outros softwares;
- 121 Capacidade de customizar o uso de memória ou processamento em varreduras agendadas;
- 122 Capacidade de verificar objetos usando heurística;
- 123 Possibilidade da solução realizar backup dos arquivos infectados antes de realizar uma ação;
- 124 O módulo de análise de tráfego deve fornecer os seguintes componentes de proteção:
- 124.4.5.1.1.1 Detecção de sites maliciosos;
 - 124.4.5.1.1.2 Bloqueio de download de arquivos maliciosos;
 - 124.4.5.1.1.3 Bloqueio de adware.
- 125 Deve possuir módulo de proteção contra criptografia maliciosa, protegendo contra tentativas de criptografia remota;
- 126 Deve possuir recurso contra ataques maliciosos;
- 127 Deve possuir recurso para restabelecimento de arquivos contra ataques maliciosos.
- Deve realizar busca de vírus e malwares em ambientes Docker e Contêiner;
- 127.4.5 SERVIDORES WINDOWS
- 127.4.5.1 Compatibilidade:
- 128 Microsoft Windows Server 2022 Essentials / Standard / Datacenter;
- 129 Microsoft Windows Server 2019 Essentials / Standard / Datacenter;
- 130 Microsoft Windows Server 2016 Essentials / Standard / Datacenter;
- 131 Microsoft Windows Server 2012 R2 Foundation / Essentials / Standard / Datacenter;
- 132 Microsoft Windows Server 2012 Foundation / Essentials / Standard / Datacenter;
- 133 Microsoft Windows Server 2008 R2 Foundation / Essentials / Standard / Datacenter SP1 / Enterprise;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

133.4.5.1 Deve suportar as seguintes plataformas virtualizadas:

134 VMware ESXI 7.0. e superior;

135 Microsoft Hyper-V Server 2019 e superior;

135.4.5.1 Características da solução de proteção:

136 Antivírus de arquivos residente (anti-spyware, anti-trojan, anti-malware) que verifique qualquer arquivo criado, acessado ou modificado;

137 Possibilidade de trabalhar com o produto pela linha de comando, com, no mínimo, opções para atualizar as vacinas, iniciar uma varredura, parar o antivírus e iniciar o antivírus pela linha de comando;

138 Auto-proteção contra ataques aos serviços/processos do antivírus;

139 Firewall com IDS;

140 Controle de vulnerabilidades do Windows e dos aplicativos instalados;

141 Capacidade de escolher quais módulos serão instalados, tanto na instalação local quanto na instalação remota;

142 Deve ter a capacidade de varrer o servidor protegido detectando o tipo e versão do SO, detectando também as demais aplicações, recomendando e aplicando automaticamente regras IDS/IPS que blindem vulnerabilidades existentes no SO e aplicações. Esta varredura deverá poder ser executada sob demanda ou agendada;

143 Deve ter a capacidade de detectar e bloquear ataques em aplicações Web tais como SQL Injection e Cross Site Scripting. Deverá ainda existir a possibilidade de captura do pacote relacionado ao ataque para fins de investigação do incidente;

144 Deve ser capaz de detectar mudanças de integridade em arquivos e diretórios do sistema operacional e aplicações terceiras;

145 Deve ter a capacidade de monitorar o status de serviços e processos do sistema operacional;

146 Deve ter a capacidade de monitorar mudanças efetuadas no registro do Windows;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 147 Deve ter a capacidade de criação de regras de monitoramento em chaves de registro, diretórios e subdiretórios e customização de XML para criação de regras avançadas;
- 148 Deve ter a capacidade de varrer o sistema operacional e aplicações, recomendando e aplicando automaticamente regras de monitoramento de acordo com o resultado desta varredura. Esta varredura deverá poder ser executada sob demanda ou agendada;
- 149 A solução deverá permitir implantação de funcionalidade de inspeção de Logs nas plataformas Microsoft.
- 150 Deve ter a capacidade de monitorar e inspecionar arquivos de log do sistema operacional e demais aplicações, gravando uma cópia deste log em um banco de dados externo e notificando o administrador sobre eventos suspeitos;
- 151 Deve ter a capacidade de varrer o sistema operacional e aplicações, recomendando e aplicando automaticamente regras de inspeção de logs de acordo com o resultado desta varredura. Esta varredura deverá poder ser executada sob demanda ou agendada;
- 152 Deve permitir a criação de regras de inspeção de logs adicionais para auditoria de logs de aplicações terceiras;
- 153 Deve permitir a customização de regras existentes, adicionando, removendo ou modificando regras de inspeção de logs;
- 154 Deve permitir gerenciamento, no mínimo, das seguintes formas:
- 154.4.5.1.1 Via console administrativa;
 - 154.4.5.1.2 Via web (remotamente);
- 155 As vacinas devem ser atualizadas, no mínimo, uma vez por dia pelo fabricante;
- 156 Capacidade de configurar a permissão de acesso às funções do antivírus com, no mínimo, opções para as seguintes funções:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 156.4.5.1.1.1 Gerenciamento de status de tarefa (iniciar, pausar, parar ou reiniciar tarefas);
- 156.4.5.1.1.2 Gerenciamento de tarefa (criar ou excluir tarefas de verificação);
- 156.4.5.1.1.3 Leitura de configurações;
- 156.4.5.1.1.4 Modificação de configurações;
- 156.4.5.1.1.5 Gerenciamento de Backup e Quarentena;
- 156.4.5.1.1.6 Visualização de logs;
- 156.4.5.1.1.7 Gerenciamento de logs;
- 156.4.5.1.1.8 Gerenciamento de ativação da aplicação;
- 157 Gerenciamento de permissões (adicionar/excluir permissões acima);
- 158 Deve possuir bloqueio de inicialização de aplicativos baseado em whitelists.
- 159 O módulo de Firewall deve conter filtragem de pacotes: onde o administrador poderá escolher portas, protocolos ou direções de conexão a serem bloqueadas/permitidas;
- 160 Capacidade de definir o nível de consumo de CPU entre Alto, Médio e Baixo durante a execução das varreduras sob demanda nos servidores;
- 161 Bloquear malwares tais como Cryptolockers mesmo quando o ataque vier de um computador sem antivírus na rede;
- 162 Capacidade de reiniciar automaticamente tarefas de verificação que tenham sido paradas por anormalidades (queda de energia, erros);
- 163 Em caso de erros, deve ter capacidade de criar logs e traces automaticamente, sem necessidade de outros softwares;
- 164 Deve possuir funcionalidade de análise personalizada de logs do Windows;
- 165 Capacidade de configurar níveis de verificação diferentes para cada pasta, grupo de pastas ou arquivos do servidor;
- 166 Capacidade de bloquear acesso de máquinas infectadas ao servidor, bem como bloquear tentativas de gravação de arquivo infectado no servidor;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

167 Capacidade de adicionar pastas para uma zona de exclusão, a fim de excluí-las da verificação. Capacidade, também, de adicionar arquivos à lista de exclusão;

167.4.5.1 XDR para servidores (EDR Extendido):

168 A funcionalidade de XDR e cliente de antivírus devem ser integradas sendo configurado pela mesma gerência;

169 A ferramenta de XDR deve fazer detecção através do comportamento;

170 Deve fazer o correlacionamento de eventos entre computadores na rede (IoC Scanning);

171 Deve detectar elevação de privilégio;

172 Deve enviar objetos para verificação em Sandbox de formar manual e automática;

173 O XDR deve permitir coletar informações forenses do endpoint tais como:

173.4.5.1.1.1 Dados;

173.4.5.1.1.2 Dumps de memória;

173.4.5.1.1.3 Estado do sistema operacional;

173.4.5.1.1.4 Processos iniciados;

173.4.5.1.1.5 Conexões estabelecidas;

173.4.5.1.1.6 Arquivos criados;

173.4.5.1.1.7 Registro modificado;

173.4.5.1.1.8 Tentativas de conexão com um host remoto;

173.4.5.1.1.9 Tentativa de login com sucesso;

173.4.5.1.1.10 Tentativa de login com falha.

174 Deve ser utilizado um certificado para a segurança da comunicação entre o XDR e a console de gerenciamento;

175 O XDR deve ser capaz de executar tarefas para todo o ambiente e para dispositivos específicos, contendo no mínimo as capacidades abaixo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 175.4.5.1.1.1 Parar um processo;
- 175.4.5.1.1.2 Deletar um objeto;
- 175.4.5.1.1.3 Quarentenar um arquivo;
- 175.4.5.1.1.4 Recuperar um arquivo;
- 175.4.5.1.1.5 Prevenir a execução de um arquivo;
- 175.4.5.1.1.6 Executar um script;
- 175.4.5.1.1.7 Alertar sobre a ocorrência de ameaças e outras violações de segurança detectadas;
- 175.4.5.1.1.8 Isolar completamente o host, de forma granular, permitindo o controle do dispositivo pela console administrativa mesmo após ativação da regra;
- 176 Deve ser possível realizar a customização de indicador de ataques IoA;
- 177 Deve ter capacidade de apresentar informações relacionadas ao MITRE ATT&CK para cada um dos eventos detectados no ambiente, caso possuam;
- 178 Deverá possuir modulo de pesquisa para descoberta de ameaças (Threat Hunting);
- 179 Deverá possuir acesso ao portal de inteligência de ameaças da própria fabricante.
- 180 No portal, deverá ser possível buscar informações sobre indicadores de ataques, consultas de domínios na base global de ameaças do próprio fabricante;
- 181 Possuir funcionalidade integrada de emulação para malware, onde as ameaças sejam analisadas em Sandbox;
- 182 Em ambiente controlado, em nuvem própria do fabricante ou em ambiente computacional da CONTRATANTE;
- 183 Deverá realizar emulação em Sandbox nos seguintes sistemas operacionais:
 - 183.4.5.1.1.1 Windows 10, 64-bit.
 - 183.4.5.1.1.2 Windows 11, 64-bit.
- 184 Deverá ser possível prevenir ataques de forma automatizada baseada na resposta da Sandbox;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

184.4.5 SANDBOX (comum a ambas as soluções)

184.4.5.1 Compatibilidade:

185 A solução de SandBox deverá suportar utilização em nuvem própria do fabricante;;

185.4.5.1 Características:

186 Ser do mesmo fabricante e integrado com a solução de proteção de estações de trabalho;

187 Suportar atualização da base de dados, integrado à Rede de Inteligência do fabricante, de forma automática e sem causar nenhum tipo de indisponibilidade da solução;

188 A análise inicial deve ser realizada de forma local no ambiente de detecção e o envio de artefatos para verificação na Sandbox deve ocorrer de forma automática, ou seja, caso a inteligência do produto identifique a necessidade de encaminhar o objeto para análise na Sandbox, este processo deve ocorrer sem a intervenção do usuário;

189 A solução de sandbox deve ter a capacidade mínima de processar objetos recebidos de:

189.4.5.1.1.1 Estações de trabalho, ou;

189.4.5.1.1.2 Sistemas externos usando API.

190 O agente do Sandbox deve ser gerenciado através da mesma console da solução;

191 Permitir o armazenamento de arquivos de rastreamento e logs do sistema, contendo os seguintes itens:

191.4.5.1.1.1 Nomes dos arquivos enviados para verificação;

191.4.5.1.1.2 Informar Endereços IP e nomes de hosts que enviaram arquivos para análise em Sandbox;

192 Permitir que os dados dos eventos sejam armazenados com, no mínimo, as seguintes informações:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- 192.4.5.1.1.1 Tarefas de escaneamento de objetos;
- 192.4.5.1.1.2 Detecções;
- 192.4.5.1.1.3 Resultado do escaneamento de objetos;
- 192.4.5.1.1.4 Objetos que estão em fila para envio ao Sandbox;
- 192.4.5.1.1.5 Objetos quarentenados.

- 193 Permitir o gerenciamento do Sandbox por meio de interface Web;
- 194 Permitir integração de sistemas terceiros através de interface REST API;
- 195 Permitir tomar ações em um objeto que tente coletar atividades da Internet por meio da interface de rede do servidor de Sandbox;
- 196 Deve suportar também a análise dos seguintes formatos de arquivos:
 - 196.4.5.1.1.1 PDF;
 - 196.4.5.1.1.2 Portable Executable (PE).
- 197 Deve suportar a análise dos seguintes formatos Microsoft Office:
 - 197.4.5.1.1.1 DOC, DOCX, PPSX, XLS, XLSX, PPT, PPTX.

197.5 GERÊNCIA INTEGRADA DE SEGURANÇA (comum a ambas as soluções)

- 197.5.5 A Gerência Integrada deve estar disponível em nuvem própria do fabricante;
- 197.5.6 A Gerência Integrada deve prover a administração dos produtos/componentes (políticas, relatórios) com suas funções e módulos gerenciando as tecnologias: tais como: criptografia, blindagem das vulnerabilidades, EDR/XDR, antimalware, Sandbox, dentre outros;
- 197.5.7 A Gerência Integrada deve suportar funções de controle de acesso com base na função (RBAC) para a hierarquia de servidores;
- 197.5.8 A Gerência Integrada deve possuir capacidade de herança de tarefas e políticas na estrutura hierárquica de servidores administrativos;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

197.5.9 Todos os módulos/aplicações que compõem a solução devem ser do mesmo fabricante;

197.5.10 Para o caso de instalação em sistema operacional Windows, deverá ser compatível, no mínimo, com a versão Microsoft Windows Server 2022;

197.5.11 A solução deve possuir Gerência Integrada com acesso via WEB (HTTPS) ou MMC (Microsoft Management Console);

197.5.12 A Gerência integrada deve prover:

197.5.12.1 Painel para monitoramento;

197.5.12.2 Capacidade de criação de relatórios;

197.5.12.3 Mecanismo para envio de notificações administrativas (e-mail);

197.5.12.4 Possibilidade de customização do painel de monitoração através de widgets;

197.5.12.5 Exibir alertas e incidentes dos clientes remotos, em tempo real.

197.5.12.6 Possibilidade de geração de relatórios customizados com diversas informações, tais como: tipos de infecção, máquinas infectadas, ameaças encontradas, vírus detectados, ações tomadas, quantidade de infecções, dentre outros.

197.5.13 Deve permitir visualizar o status de assinaturas de segurança dos dispositivos gerenciados pela solução;

197.5.14 A Gestão Integrada deve mostrar quantos dispositivos estão sendo gerenciados e seus sistemas operacionais;

197.5.15 Deve possuir a capacidade de autenticação dos usuários do console de gerenciamento através do Microsoft Active Directory.

197.5.16 Deve permitir a definição de perfis com diferentes níveis de privilégios de administração da solução, baseados em usuários ou grupos do Microsoft Active Directory;

197.5.17 Capacidade de exportar relatórios para, no mínimo, os seguintes tipos de arquivos: PDF, HTML e CSV;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

197.5.18 Capacidade de enviar e-mails para contas específicas, em caso de algum evento;

197.5.19 Permitir a distribuição e aplicação automática de políticas, atualizações de assinaturas e configurações em todos os clientes, sem a necessidade de agentes externos, scripts ou tarefas manuais;

197.5.20 Instalar e ativar atualizações de política de segurança nos clientes sem a necessidade de reinicialização ou logout do usuário;

197.5.21 Permitir identificar os computadores na rede que não estejam com o software de segurança instalado;

197.5.22 Permitir agentes móveis atualizar sua base de assinaturas a partir do site do fabricante;

197.5.23 Permitir a instalação do software cliente em imagens do sistema operacional para distribuição em novos computadores;

197.5.24 Permitir o envio de arquivos de amostras para o fabricante, o qual será responsável por gerar a vacina, sem qualquer tipo de intervenção do administrador;

197.5.25 Fornecer meios para criação de mídia de inicialização ou ferramentas alternativas para verificação e remoção de ameaças sem a necessidade de carregar o sistema operacional do cliente;

197.5.26 Possuir mecanismos de proteção para vulnerabilidades desconhecidas, tais como ataques de dia zero;

197.5.27 A Gestão Integrada deve fornecer as seguintes informações dos computadores protegidos:

197.5.27.1 Horário da última conexão da máquina com o servidor administrativo ou, no mínimo, o tempo decorrido desde a última conexão;

197.5.27.2 Data e horário da última verificação executada na máquina;

197.5.27.3 Se a solução está devidamente instalada;

197.5.27.4 Versão do antivírus instalado na máquina gerenciada;

197.5.27.5 Se o antivírus está atualizado;

197.5.27.6 Nome do computador;

197.5.27.7 Domínio ou grupo de trabalho do computador;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

197.5.27.8 Sistema operacional;

197.5.27.9 Endereço IP;

197.5.27.10 Aplicativos instalados;

197.5.28 Capacidade de instalar e desinstalar remotamente a solução nas estações e servidores Windows, através da Gerência Integrada, ou GPO do Microsoft Active Directory;

197.5.29 Deve fornecer mecanismos de gestão e governança que permitam a identificação e avaliação de riscos sobre os ativos da organização, em conformidade com as recomendações do NIST (National Institute of Standards and Technology).

197.5.30 A capacidade de gestão da superfície de ataque deve ser integrada na plataforma, fornecendo informações sobre dispositivos internos, ativos voltados para a Internet, contas e aplicações em nuvem.

197.5.31 A solução deve possuir recurso de prevenção de ameaças avançadas, com capacidade de apresentar em seus logs, visibilidade de acordo com o framework ATT&CK MITRE Matrix, pontuando características de táticas e técnicas de acordo com a ameaça detectada/bloqueada pela solução.

197.5.32 Deve detectar vulnerabilidades exploráveis do sistema operacional nos endpoints e servidores.

197.5.33 Deve enumerar a superfície de ataque da CONTRATANTE, dependendo das fontes de dados conectadas, compreendendo:

197.5.33.1 As estações de trabalho, os servidores e os dispositivos móveis da CONTRATANTE

197.5.33.2 Os usuários da CONTRATANTE, apontando inclusive aqueles que detêm poderes administrativos

197.5.33.3 As aplicações acessadas por usuários e dispositivos da CONTRATANTE, apontando inclusive aquelas que passaram por recente vazamento de dados

197.5.33.4 Os ativos mantidos pela CONTRATANTE sob custódia de Provedores de Serviços em Nuvem

197.5.33.5 Os domínios da CONTRATANTE

197.5.33.6 Os subdomínios da CONTRATANTE



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

197.5.33.7 Os IPs Públicos associados à CONTRATANTE e seus respectivos hosts

197.5.33.8 As portas de comunicação/serviços abertos em cada host público

197.6 Treinamento

197.6.5 Os treinamentos deverão ser iniciados até 10 (dez) dias corridos após a finalização da instalação de toda a solução, não devendo ultrapassar o prazo de 60 (sessenta) dias corridos para conclusão do último curso, salvo decisão contrária pela CONTRATANTE. Caso o prazo supracitado não possa ser cumprido devido à indisponibilidade de agenda para realização dos cursos, os mesmos deverão ser realizados na primeira data disponível;

197.6.6 O treinamento será em português, ministrado na modalidade remota, em plataforma virtual disponibilizada pela CONTRATADA;

197.6.7 O treinamento deverá englobar a realização de laboratórios, fornecidos pela CONTRATADA, para configuração e execução de exercícios práticos na mesma versão dos produtos ofertados;

197.6.8 O evento abordará no mínimo: o uso da ferramenta, instalação, configuração, administração, backup e restauração de configuração, gerenciamento, resolução e simulação de problemas, utilização da solução e poderá ser gravado para fins de documentação, caso seja de interesse da CONTRATANTE;

197.6.9 Deverá contemplar todos os recursos e configurações existentes na solução ofertada;

197.6.10 O treinamento será direcionado aos técnicos da CONTRATANTE, deverá ser focado na solução adotada, de forma que haja transferência do conhecimento dos recursos, configurações existentes e sua utilização;

197.6.11 Deverá ser entregue para a CONTRATANTE a proposta com o conteúdo do treinamento;

197.6.12 É de responsabilidade da CONTRATADA todo material audiovisual, didático e eletrônico para a realização dos treinamentos, e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

197.6.13 O material didático será fornecido em português, pela CONTRATADA, abordando todos os tópicos do curso;

197.6.14 A carga horária será de até 40 (quarenta) horas para 2 turmas de até 8 (oito) alunos cada, em 4 horas diárias;

197.6.15 Os treinamentos deverão ser realizados em dias úteis e não poderão exceder o horário comercial;

197.6.16 Os horários e datas dos treinamentos serão definidos pela equipe técnica da CONTRATANTE e comunicados à CONTRATADA com antecedência de 10 (dez) dias corridos;

197.6.17 Deverá ser ministrado por instrutor capacitado na ferramenta, devendo ser comprovado por meio de certificados ou declaração emitida pelo fabricante;

197.6.18 Deverá ser fornecido pela contratada certificado de capacitação para os participantes do treinamento.

197.7 Documentação

197.7.5 A Documentação Técnica de Instalação deverá conter todas as informações necessárias à instalação e contemplar com informações sobre os softwares de Antivirus para estações de trabalho e servidores;

197.7.6 O software utilizado na confecção da documentação técnica deverá ser o Microsoft Word versão 2010, ou superior; o software empregado na confecção dos desenhos integrantes da documentação técnica deverá ser o Autocad versão 2015 ou superior em extensão DWG e em PDF convertido;

197.7.7 Todas as documentações deverão ser apresentadas em meio digital. Estas serão consideradas como efetivamente entregues e aceitos somente após a validação pela equipe técnica do CONTRATANTE;

197.7.8 As documentações deverão ser emitidas em papel timbrado da CONTRATADA e deverão conter o nome, data e assinatura do Gestor de Projeto da CONTRATADA;

197.8 Serviços de Instalação e Ativação



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

197.8.5 A CONTRATADA deverá apresentar um projeto executivo das soluções, detalhando a estratégia de instalação dos softwares nos servidores e estações de trabalho. A CONTRATADA deverá ser responsável pela definição, planejamento e execução de todas as informações a serem configuradas, após terem sido previamente aprovadas pela CONTRATANTE.

197.8.6 Para a execução do serviço especializado de instalação e configuração, a CONTRATADA entregará, para validação do CONTRATANTE, um Plano de Projeto em aderência ao modelo do PMI, composto por, pelo menos, os conteúdos definidos a seguir:

197.8.6.1 Plano de Entrega e Instalação dos Produtos:

198 Neste documento deverá constar, no mínimo, a relação completa dos softwares a serem fornecidos, discriminando detalhadamente a finalidade de cada um. O plano deverá contemplar e detalhar todos os serviços de instalação e configuração, bem como estabelecer procedimentos de testes para cada etapa de instalação e configuração concluída. Deverá ser informado o prazo para a conclusão de cada etapa do serviço de entrega e instalação. Observa-se que os serviços de instalação e configuração podem não se limitar a este breve descritivo;

198.4.5.1.1 Qualquer alteração no corpo técnico ou gerencial da CONTRATADA não poderá afetar o cronograma de entrega nem a execução do Plano de Trabalho.

198.4.5.1.2 Na elaboração do Projeto Executivo, serão utilizados como referência os dados fornecidos pela CONTRATANTE, bem como os levantamentos executados durante a vistoria.

198.4.5.2 Documentação que deverá contemplar as seguintes etapas:

199 Levantamento de Dados / Vistoria – Coleta dos dados necessários à elaboração do Projeto Executivo, através de reuniões entre profissionais e especialistas, da CONTRATANTE e da CONTRATADA, bem como de vistorias e levantamentos em campo, visando complementar os dados fornecidos pela CONTRATANTE.

200 Projeto de Instalação, Configuração e Parametrização – Elaboração da documentação necessária à correta instalação, configuração e parametrização de todos os softwares



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

de antivírus das Estações de Trabalho e Servidores, fornecidos pela CONTRATADA. Essa documentação deverá ser validada pela equipe técnica da CONTRATANTE.

201 Plano de Testes – Tem como finalidade estabelecer os procedimentos para aceitação em campo das adequações, configurações e parametrizações efetuadas pela CONTRATADA, verificando o correto funcionamento dos equipamentos e serviços implantados.

201.4.5.1.1 Todos os custos relacionados com materiais/insumos, equipamentos e mão de obra destinados à instalação e ativação dos serviços objeto deste contrato, que serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

201.4.5.1.2 A CONTRATADA deverá informar, por escrito, as datas e horários estipulados para a ativação dos serviços à Subdiretoria Geral de Informática da ALERJ, com uma antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, da data prevista para o serviço. A Subdiretoria Geral de Informática, após análise do expediente, poderá concordar ou estabelecer outros dias ou horários para a ativação. De acordo com as necessidades operacionais, o dia indicado para os serviços poderá ser dia não útil, ou seja, a migração e ativação do novo sistema poderá ser executada em final de semana a ser agendado entre as partes.

201.5 Prazo de Entrega

201.5.5 Os itens necessários para a prestação dos serviços deverão ser entregues juntamente com todos os itens que os compõem, em até 7 (sete) dias corridos após a assinatura do contrato.

201.6 Acordo de Nível de Serviço (ANS)

201.6.5 A CONTRATADA responderá pela reparação dos danos causados por defeitos relativos ao serviço prestado. Por isso, deverá prezar pela qualidade e eficiência, garantindo que o serviço e as soluções definitivas fornecidas não causem problemas adicionais àqueles apresentados pela CONTRATANTE quando da abertura dos chamados de suporte técnico.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

201.6.6 Caberá à CONTRATADA apresentar novas soluções dentro dos prazos e condições estabelecidas no ANS, sem prejuízo de aplicação de penalidades previstas, caso sejam detectados erros ou impropriedades na solução apresentada.

201.6.7 Os Níveis de Serviço serão contados a partir da abertura dos chamados de suporte técnico e serão classificados conforme as severidades especificadas a seguir:

201.6.8 Severidade ALTA: esse nível de severidade é aplicado quando há a indisponibilidade do uso de qualquer elemento da solução de antivírus na console de gerenciamento ou nos servidores de rede.

Prazo de Solução Definitiva
Em dias úteis
6 (seis) horas
Aos sábados, domingos ou feriados
Com prévio agendamento

201.6.9 Severidade MÉDIA: esse nível de severidade é aplicado quando há falha, simultânea ou não, de qualquer elemento da solução de antivírus na console de gerenciamento ou nos servidores de rede, estando ainda disponíveis, porém apresentando problemas.

Prazo de Solução Definitiva
Em dias úteis
1 (um) dia útil
Aos sábados, domingos ou feriados
Com prévio agendamento

201.6.10 Severidade BAIXA: esse nível de severidade é aplicado para revisão de documentações, configurações que não causem impacto em qualquer funcionalidade na



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

solução de antivírus na console de gerenciamento, nas estações de trabalho ou servidores de rede.

Prazo de Solução Definitiva
Em dias úteis
2 (dois) dias

201.6.11 O suporte técnico será remoto, com período de disponibilidade de 24 horas por dia, 7 dias por semana;

201.6.12 Em caso de interrupção ou indisponibilidade do serviço, a contratada se compromete a realizar as correções necessárias à reativação do serviço e a prevenção de novas interrupções, respeitando os prazos de atendimento;

201.6.13 A abertura de chamados de suporte deve possibilitar, no mínimo, os seguintes métodos: via telefone, e-mail, website do fornecedor;

201.6.14 Todos os prazos para atendimento do suporte começarão a ser contados a partir da abertura do chamado independentemente deste ter sido feito via telefone, e-mail, website do fornecedor;

201.6.15 Os serviços de suporte técnico deverão contemplar as manutenções corretivas e evolutivas para a solução contratada e não poderão acarretar custos adicionais ao CONTRATANTE, além do contratado, salvo se o problema não estiver relacionado ao objeto do contrato;

201.6.16 Entende-se por manutenção corretiva uma série de procedimentos destinados a recolocar a solução em pleno estado de funcionamento, removendo definitivamente os defeitos apresentados;

201.6.17 Considera-se plenamente solucionado o problema quando restabelecidos os sistemas/serviços sem restrições, ou seja, quando não se tratar de uma solução paliativa;

201.6.18 A CONTRATADA deverá manter registro de todo o serviço de manutenção e garantia executado, que poderá ser solicitado a qualquer tempo pela CONTRATANTE;

201.6.19 A CONTRATANTE poderá efetuar um número ilimitado de chamados de suporte técnico durante a vigência do contrato. A CONTRATADA deverá possuir contrato



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

de suporte técnico com o fabricante do produto oferecido, a fim de garantir o serviço prestado;

201.6.20 Todos os chamados abertos, por qualquer meio, deverão ser registrados via sistema, e ao final de cada mês será emitido um relatório gerencial e um relatório técnico com todas as informações sobre os atendimentos realizados;

201.6.21 A CONTRATADA deverá manter histórico de cada atendimento de suporte realizado, contendo a identificação do problema, providências adotadas e demais informações pertinentes;

201.7 Definição da natureza do serviço

201.7.5 Serviço comum:

201.7.5.1 Constata-se que a natureza da solução apresentada para atender à demanda desta contratação caracteriza-se como PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMUM, vez que o objeto de contratação pode ser claramente definido em edital, pois sua especificação é facilmente reconhecida no mercado.

201.7.6 Serviço prestado de forma contínua:

201.7.6.1 Esta contratação também se caracteriza como sendo de PRESTAÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇO COMUM, vez que a eventual paralisação da atividade contratada implicará elevadíssimo risco de prejuízo ao exercício das atividades da Administração.

201.7.7 Serviço sem disponibilização de funcionários da contratada de forma prolongada ou contínua:

201.7.7.1 Adicionalmente, a prestação de serviço objeto da contratação não exigirá mão de obra residente, apenas a execução do trabalho por equipe técnica em visita regular mensal sem fixação de funcionários da CONTRATADA no lócus de instalação dos equipamentos ou em qualquer outro setor de trabalho da ALERJ.

201.8 Condições Adicionais de Contratação

201.8.5 Duração do contrato

O prazo de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses.

201.9 Valor Estimado

201.9.5 O valor estimado para esta licitação está definido no edital.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

201.10 Do reajuste dos valores pactuados no contrato

201.10.5 Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, poderá a CONTRATADA fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE/IPCA, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, conforme disposição em Lei.

201.11 Prazo de início da prestação

201.11.5 O início da execução plena da prestação do serviço objeto desta contratação é de 30 (trinta) dias corridos após o início da vigência do contrato.

201.12 Possibilidade de subcontratação

201.12.5 A responsabilidade pela execução integral do objeto do contrato permanece com a CONTRATADA, não existindo a possibilidade de subcontratação.

201.13 Possibilidade de participação de Consórcio

201.13.5 Não existe a possibilidade de participação de consórcio.

201.14 Possibilidade de participação de Cooperativa

201.14.5 Não existe a possibilidade de participação de cooperativa.

201.15 Incidência do Programa de Integridade

201.15.5 A depender do valor adjudicado, dever-se-á observar o programa de integridade.

201.16 Qualificação Técnica

201.16.5 O licitante vencedor apresentará, como comprovação de capacidade técnica, atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que permite(em) auferir sua aptidão pertinente e compatível com o objeto da licitação.

201.16.6 O(s) atestado(s) deve(m) conter: o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio com o qual o Órgão possa valer-se para manter contato com a(s) pessoa(s) declarante(s), e a razão social e dados de identificação da instituição emitente como CNPJ, endereço e telefone.

201.16.7 O(s) atestado(s) deve(m) comprovar a aptidão para fornecimento de um quantitativo de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do total da quantidade do objeto definido neste Termo de Referência.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

201.16.8 Para atendimento do percentual acima indicado, será admitido o somatório de atestados, desde que se refiram a fornecimentos/serviços realizados compatíveis com o objeto desta licitação.

201.17 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

201.17.5 Responsabilidades da CONTRATANTE

201.17.5.1 Designar servidores para acompanharem a prestação dos serviços, gestor e fiscal do contrato, os quais irão proceder ao aceite nos serviços executados.

201.17.5.2 Rejeitar os produtos que não atendam aos requisitos das especificações constantes do TR.

201.17.5.3 Efetuar o pagamento na forma e no prazo pactuado.

201.17.5.4 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades ocorridas durante a execução do contrato.

201.17.5.5 Fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do contrato.

201.17.5.6 Demandar à CONTRATADA, a execução dos serviços conforme previsto neste TR, por escrito, através de contato fornecido pela CONTRATADA, sendo preferencialmente o correio eletrônico como modalidade a ser adotada, sem impedir que o contato se dê de outra forma, desde que permaneça a comunicação escrita como sendo prioritária.

201.17.6 Procedimentos de Gestão e Fiscalização:

201.17.6.1 A Subdiretoria-Geral de Informática designará servidor (ou servidores) responsável (ou responsáveis) pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de verificação de conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

201.17.6.2 A CONTRATANTE solicitará, mediante Ofício do Gestor/Fiscal do Contrato ou comunicação oficial eletrônica (e-mail corporativo do Gestor/Fiscal do Contrato), a designação formal de preposto(s) da CONTRATADA, inclusive com sua qualificação completa, como nome e sobrenome, registro geral de identidade, órgão emissor, data de emissão, CPF, endereço do escritório onde funcionará o preposto, telefone comercial para contato, e-mail corporativo e cargo que ocupa na empresa.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

201.17.6.3 Os mecanismos de comunicação a serem estabelecidos entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA devem se dar entre Gestor/Fiscal do contrato e o(s) Preposto(s) da CONTRATADA através de comunicações escritas, não sendo consideradas alegações com fundamento em ordens ou declarações verbais.

201.17.6.4 A CONTRATANTE reserva-se no direito de, sem infringir na responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização a respeito da prestação do serviço objeto desta contratação, diretamente ou por prepostos designados, podendo:

201.17.6.4.1 Solicitar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, incluindo quanto à substituição de equipamentos ou realização de serviços não executados.

201.17.6.4.2 Solicitar que a CONTRATADA ofereça orientação/treinamento sobre o funcionamento de equipamentos relacionados ao serviço objeto desta contratação.

201.17.6.4.3 Examinar os equipamentos relacionados ao serviço prestado, no intuito de constatar sua procedência e qualidade no atendimento do contrato

201.17.7 Responsabilidades da CONTRATADA:

201.17.7.1 Cuidar da privacidade dos documentos de cobrança e na utilização dos dados da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, responsabilizando-se pelo sigilo das informações que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços a serem prestados, respondendo pelos danos causados à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro ou a terceiros em virtude de um eventual vazamento de informações, em virtude de ação dolosa, negligência, imperícia ou imprudência.

201.17.8 A CONTRATADA deverá contemplar na sua proposta todos os custos para a perfeita prestação dos serviços contemplados neste Termo de Referência, incluindo hardwares, softwares e licenças adicionais que julgue necessários.

201.17.9 Todos os custos com transporte, alimentação e hospedagem para realização das atividades contempladas neste documento também serão integralmente por conta da CONTRATADA.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

201.17.10 O fornecimento de todo e qualquer aparelhamento técnico, ferramenta, instrumento, material, equipamento, bem como materiais complementares necessários à entrega dos serviços são de inteira responsabilidade da CONTRATADA e não deverão gerar ônus à ALERJ.

201.17.11 Conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente. Tais serviços serão executados nas unidades da CONTRATANTE.

201.17.12 Responder pelo cumprimento dos dispositivos legais vigentes, no âmbito federal, estadual ou municipal.

201.17.13 Cumprir com as obrigações de pagamento de taxas, impostos, emolumentos, multas e demais contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços.

201.17.14 A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos. Havendo a inadimplência total ou parcial da CONTRATADA, o contrato poderá ser rescindido, mediante conclusão de procedimento de apuração e de ação sancionatória.

201.17.15 Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91 e na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016.

201.17.16 Cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outros órgãos competentes, quando da execução dos serviços principalmente as normas técnicas regulamentares.

201.17.17 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

201.17.18 Assumir todo o ônus decorrente de perda, extravio, furto, dano ou qualquer evento que porventura aconteça, enquanto em posse, de equipamentos pertencentes à CONTRATANTE.

201.17.19 Designar e manter preposto com domicílio na Cidade do Rio de Janeiro para representá-la durante o período de execução do objeto contratado, devendo reportar-se diretamente ao Gestor/Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela prestação dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe de profissionais da CONTRATADA. É dever do preposto resolver e solucionar os problemas referentes à prestação dos serviços, devendo este, obter poderes para resolver qualquer problema ou providenciar os meios para tal, tanto a parte operacional do serviço contratado quanto a sua parte burocrática.

201.17.20 Emitir as faturas de cobrança em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, na qual deverão detalhar os serviços utilizados.

201.17.21 Fornecer toda a documentação dos serviços prestados a saber: manuais de operação de softwares, documentação das rotinas operacionais necessárias ao funcionamento da solução, descrição de problemas mais comuns e respectivas soluções.

201.17.22 Deverá respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências da CONTRATANTE, fornecendo crachá de identificação aos seus funcionários contendo foto recente, nome, função e responder pela idoneidade moral, apresentação pessoal e comportamento cordial dos mesmos.

201.17.23 Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer profissional integrante das equipes de trabalho cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da CONTRATANTE ou ao interesse do Serviço Público.

201.17.24 Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou preposto causarem ao patrimônio da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente a reparos ou a indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente da ação ou omissão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

201.17.25 A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração. Assim, deverá a CONTRATADA indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou a terceiros.

201.17.26 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

201.17.27 Comunicar ao Gestor/Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.

201.18 Das Penalidades

201.18.5 A CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas em disposições legais, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

201.19 Disponibilidade Orçamentária e Financeira

201.19.5 Por se tratar de prestação de serviços, a despesa decorrente da contratação do objeto deste contrato correrá à conta dos recursos consignados no orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, do plano de contas em vigor, de acordo com a disponibilidade financeira destacada para esse fim.

201.20 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

201.20.5 O pagamento da prestação do serviço objeto desta contratação será realizado anualmente, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela anual. Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação do serviço, devidamente atestado pelo Gestor/Fiscal do contrato.

201.20.6 A CONTRATADA, para pleitear o pagamento da prestação do serviço objeto desta contratação, deverá apresentar o detalhamento de execução financeira com a segregação por atividades relacionadas ao serviço prestado, conforme quadro abaixo:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Item	Especificações	Qtd	Número de Anos	Valor Anual	Valor Total
1	Solução de Segurança com Gerenciamento Centralizado e Integrado de EndPoints (desktops e notebooks) e Servidores (Linux e Windows), com XDR e Sandbox, incluindo manutenção, suporte e garantia (update e upgrade) por 36 (trinta e seis) meses, com pagamento de subscrições a cada 12 meses.	1	3	R\$	R\$
2	Licenças do software de segurança para estações de trabalho Windows.	2098	3	R\$	R\$
3	Licenças do software de segurança para servidores Windows e Linux.	65	3	R\$	R\$
4	Serviços de instalação, configuração, implantação da solução e repasse de conhecimento com hands-on.	1	1	R\$	R\$
5	Treinamento.	15	1	R\$	R\$

Observações: os itens 01, 02 e 03 serão pagos anualmente.

Os itens 04 e 05 serão pagos em parcelas únicas após a entrega do objeto especificado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A empresa ao lado mencionada propõe à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ, os preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constante do Termo de Referência.		CARIMBO DA EMPRESA			
LOTE	OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA		PREÇO (R\$) UNITÁRIO	
	Especificações	QTD	Número de Anos	Valor Anual	Valor Total
1	Solução de Segurança com Gerenciamento Centralizado e Integrado de EndPoints (desktops e notebooks) e Servidores (Linux e Windows), com XDR e Sandbox, incluindo manutenção, suporte e garantia (update e upgrade) por 36 (trinta e seis) meses, com pagamento de subscrições a cada 12 meses.	1	3	R\$	R\$
	Licenças do software de segurança para estações de trabalho Windows.	2098	3	R\$	R\$
	Licenças do software de segurança para servidores Windows e Linux.	65	3	R\$	R\$
	Serviços de instalação, configuração, implantação da solução e repasse de	1	1	R\$	R\$



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

	conhecimento no modo hands-on.				
	Treinamento	15	1	R\$	R\$
VALOR TOTAL:		R\$ (por extenso)			
OBSERVAÇÕES:		VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias			
1) A PROPOSTA DE PREÇOS deverá:		PRAZOS e LOCAL DA PRESTAÇÃO:			
- ser digitada, sem emendas e rasuras;		Conforme Termo de Referência			
- conter os preços em algarismos e por extenso, por unidades, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais, os estaduais e descontos especiais;		DADOS BANCÁRIOS: Banco XXXX, Agência XXX, Conta corrente: XXX			
- ser datada e assinada pelo gerente ou procurador.		Declaramos inteira submissão ao presente Termo e legislação vigentes.			
2) PROCESSO DE REFERÊNCIA: XXXXX/2023		Data: XX/XX/XXXX			
		Assinatura do Responsável pela Empresa			

201.21 Equipe do Termo de Referência

O presente Esboço de Termo de Referência foi elaborado pela Equipe técnica da Subdiretoria-Geral de Informática, conforme abaixo qualificada, estando em consonância com o Plano de Trabalho em vigor.

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2025.

RICARDO SOUZA OLIVEIRA, Matrícula nº 201.795-2
Gestor Titular de Infraestrutura de Tecnologia da Informação
Subdiretoria Geral de Informática



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DANIEL HENRIQUE ALMEIDA NOMELINI, Matrícula nº 201.810-9

Analista Técnico Especialista em Segurança da Informação

Subdiretoria Geral de Informática

MARCELO SCHAEFER GUIMARÃES, Matrícula nº 201.820-8

Analista Técnico Especialista em Segurança da Informação

Subdiretoria Geral de Informática